

FUNDAÇÃO ODEBRECHT

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018

FUNDAÇÃO ODEBRECHT

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores da
Fundação Odebrecht
Salvador - BA

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação Odebrecht ("Entidade"), que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Odebrecht em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e ainda em observação aos preceitos da Resolução nº 1.409/12 do Conselho Federal de Contabilidade - ITG 2002 - Entidades sem Finalidades de Lucros.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador, 26 de março de 2019.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1 - S - BA

Antomar de Oliveira Rios

Antomar de Oliveira Rios
Contador CRC BA 017715/O-5

FUNDAÇÃO ODEBRECHT

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota	2018	2017		Nota	2018	2017
Circulante				Circulante			
Caixas e equivalentes de caixa	5	1.449	2.157	Fornecedores		2	116
Empréstimos concedidos	6	332	332	Impostos, taxas e contribuições		251	264
Adiantamento a terceiros		31	57	Salários, encargos e contribuições sociais	7	522	485
Outros ativos		102	92	Provisão para contingências	8	600	1.052
		1.914	2.638	Outros passivos	9	350	517
						1.725	2.434
Não circulante				Patrimônio líquido			
Imobilizado		245	274	Patrimônio social		488	12.416
Intangível		8	10	Déficit do exercício		(46)	(11.928)
		253	284			442	488
Total do ativo		2.167	2.922	Total do passivo e do patrimônio líquido		2.167	2.922

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

FUNDAÇÃO ODEBRECHT

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	2018	2017
Operações continuadas			
Receita líquida	10	9.044	6.595
Doações à projetos sociais	11	(11)	(1.289)
Resultado bruto		9.033	5.306
Despesas gerais e administrativas	12	(8.572)	(16.145)
Outras provisões	13	(350)	(1.895)
Provisões para contingências	8	(248)	(1.052)
Recuperação de despesas		4	895
		(9.166)	(18.197)
Resultado operacional		(133)	(12.891)
Despesas financeiras		(14)	(12)
Receitas financeiras		101	975
Resultado financeiro, líquido		87	963
(=) Déficit do exercício		(46)	(11.928)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

FUNDAÇÃO ODEBRECHT

Demonstração das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de Reais)

	<u>Patrimônio Social</u>	<u>Déficit do exercício</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2016	53.269	(40.853)	12.416
Absorção do déficit pelo patrimônio social	(40.853)	40.853	-
Déficit do exercício	-	(11.928)	(11.928)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>12.416</u>	<u>(11.928)</u>	<u>488</u>
Absorção do déficit pelo patrimônio social	(11.928)	11.928	-
Déficit do exercício	-	(46)	(46)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<u><u>488</u></u>	<u><u>(46)</u></u>	<u><u>442</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

FUNDAÇÃO ODEBRECHT

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Déficit do exercício	(46)	(11.928)
Ajustes para reconciliar o déficit do exercício com os recursos provenientes das atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	31	30
Provisão para contingências	248	1.052
Outras provisões	-	1.436
	<u>233</u>	<u>(9.410)</u>
Variações nos ativos e passivos		
Adiantamento a terceiros	26	(40)
Empréstimos concedidos	-	(92)
Outros ativos	(10)	(63)
Fornecedores	(114)	64
Salários, encargos e contribuições sociais	11	(273)
Impostos, taxas e contribuições	13	(59)
Outros passivos	(867)	508
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	<u>(708)</u>	<u>(9.365)</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Adições ao imobilizado	-	(19)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento	<u>-</u>	<u>(19)</u>
Diminuição de caixa e equivalentes de caixa	<u>(708)</u>	<u>(9.384)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.157	11.541
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.449	2.157
Diminuição de caixa e equivalentes de caixa	<u>(708)</u>	<u>(9.384)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Fundação Odebrecht é uma instituição privada, sem fins lucrativos, mantida pela Odebrecht S.A, idealizada e fundada por Norberto Odebrecht em 1965. Ao longo de seus 53 anos de existência, atuou de diferentes formas, sempre tendo como cerne o desenvolvimento do ser humano, contribuindo para o equacionamento de problemas originários da estrutura social e econômica, visando a construção de uma sociedade mais responsável, harmônica, solidária e com igualdade de oportunidades para todos.

Tem como inspiração uma filosofia de vida pautada na Educação e no Trabalho, a TEO - Tecnologia Empresarial Odebrecht, e, por acreditar no potencial das pessoas e capacidade de se autodesenvolverem, definiu como missão institucional Educar para Vida, pelo Trabalho, para Valores e Superação de Limites, escolhendo o jovem como principal agente de transformação do contexto em que está inserido, juntamente com sua família.

Atua com base no modelo de Governança Participativa que possibilita unir objetivos e ações entre poder público, iniciativa privada e sociedade civil, em especial, as OSCs - Organizações da Sociedade Civil, que são entidades privadas com participação social para iniciativas de interesse público.

Como estratégia, promove o Desenvolvimento Territorial Sustentável com foco na agricultura familiar, por meio de uma Tecnologia Social concebida e estruturada em um programa denominado PDCIS - Programa de Desenvolvimento e Crescimento Integrado com Sustentabilidade, com atuação em seis frentes principais: Educação para o Desenvolvimento Sustentável, Desenvolvimento Econômico, Inovação e Tecnologia, Conservação Ambiental, Coesão e Mobilização Social e Cidadania e Governança, tendo o jovem como principal agente de transformação e principal beneficiário.

O território escolhido é uma região de vulnerabilidades do Estado da Bahia, composta por 11 municípios onde vivem 285 mil pessoas: o Baixo Sul. Nesse território predomina o bioma Mata Atlântica, rico em biodiversidade e recursos naturais, com importantes remanescentes florestais. O regime pluviométrico é regular, clima propício e forte vocação agrícola para a produção de cultivos diversos. Esse cenário de potencialidades e riqueza de recursos naturais contrasta enormemente com seus indicadores socioeconômicos e ambientais.

Atualmente fazem parte do PDCIS as seguintes instituições: Casa Familiar Rural de Presidente Tancredo Neves, Casa Familiar Agroflorestal de Nilo Peçanha, Casa Familiar Rural de Igrapiúna, Organização de Conservação da Terra e Cooperativa de Produtores Rurais de Presidente Tancredo Neves. Ao longo do tempo, outras Instituições também integraram o Programa.

A relação da Fundação com tais entidades está amparada legalmente por um Acordo de Parceria e Cooperação Técnica e Financeira denominado Pacto de Governança, pautado na atuação ética, íntegra e transparente, na aplicação dos Princípios, Conceitos e Critérios da TEO e que estabelece compromissos de lado a lado, destacando-se:

Fundação Odebrecht:

- Transferir tecnologia e apoiar na mobilização de recursos junto às OSCs;
- Garantir aos Investidores Sociais que as instituições apoiadas no âmbito do PDCIS estejam alinhadas com as melhores práticas de Governança e Conformidade, com eficiência e eficácia em prestação de contas, processos e controles internos, comunicação adequada, responsabilidade e equidade;
- Apresentar à sociedade civil, aos investidores sociais e demais partes interessadas os resultados do PDCIS.

Instituições apoiadas (executoras do PDCIS):

- Implementar ações de interesse comum;
- Promover a educação para o desenvolvimento econômico e sustentável;
- Realizar ações que visem a redução das desigualdades sociais e a inclusão social;
- Implementar ações, inclusive educativas, para a conservação do meio ambiente;
- Estimular a organização e a mobilização social e institucional em torno do PDCIS;
- Assegurar o fluxo e refluxo dos resultados, por meio de relatórios de prestação de contas, observando as metas pactuadas nos Programas de Ação (PA).

A Fundação Odebrecht busca aplicar sua tecnologia social para promoção do desenvolvimento territorial sustentável, através do PDCIS e tendo o jovem como protagonista. Conecta-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) na busca de superação de desafios globais como erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, por meio da educação do jovem para a produção no campo, no uso racional e proteção dos recursos naturais e no fortalecimento das bases da cidadania.

Os recursos financeiros da Fundação Odebrecht advêm de doações, em especial de sua Mantenedora, a Odebrecht S.A., e de empresas por ela controladas ou coligadas, bem como de direitos autorais e comercialização de livros, sendo que todos esses recursos são aplicados na consecução de seus objetivos sociais.

A Fundação Odebrecht se caracteriza como uma Organização da Sociedade Civil, de natureza privada e sem fins lucrativos, regida pelo Código Civil e pelas Leis nº 13.019/2014 e 9.249/95, dentre outras normas esparsas, não distribuindo aos seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros quaisquer sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades.

Em ocorrendo o encerramento de suas atividades, por meio de proposta do Conselho de Curadores e aprovação do Ministério Público Estadual, o patrimônio constituído será transferido integralmente ao patrimônio de Instituições de fins beneficentes, com objetivo social e natureza jurídica idênticas ou semelhantes ao da Fundação Odebrecht, desde que devidamente registrada no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, ou a entidade pública no estado da Bahia.

A Fundação Odebrecht, pela sua natureza jurídica e atendimento aos requisitos legais, faz jus à imunidade fiscal sobre a tributação relacionada às receitas do exercício, relativas ao Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ), à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e à contribuição ao Programa de Integração Social (PIS).

No que tange à contribuição ao Programa de Integração Social - PIS, estão fora do campo de incidência da mencionada contribuição todas as receitas auferidas por fundações e associações civis isentas do imposto de renda, quer sejam relativas ou não às suas atividades próprias. A contribuição ao PIS da Fundação é determinada com base na folha de salários, à alíquota de 1%.

Apesar das isenções fiscais a Fundação está obrigada a atender às obrigações tributárias que lhe são imputadas, em que pese sua natureza jurídica, inclusive as obrigações acessórias, as quais vêm sendo observadas ao longo dos exercícios fiscais.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo.

As presentes demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pela Administração da Fundação em 26 de março de 2019.

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), bem como as disposições contidas na Resolução do Conselho Federal de Contabilidade - CFC nº 1.409/12, que aprovou a Interpretação ITG 2002 - "Entidade sem Finalidade de Lucros", revogando normas anteriores.

2.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.3. Ativos financeiros

2.3.1. Classificação

O CPC 48/IFRS 9 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes no CPC 38/IAS 39 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

A Entidade classifica seus ativos financeiros sob a categoria custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

A Fundação possui ativo financeiro representado pelo caixa e equivalentes de caixa e empréstimos concedidos.

2.3.2. Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Fundação se compromete a comprar ou vender o ativo.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Fundação tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

Os ativos financeiros são inicialmente, reconhecidos, pelo valor justo e subsequentemente pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.3.3. Impairment de ativos financeiros

(a) Ativos mensurados ao custo amortizado

A Fundação avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por impairment são incorridas somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Fundação usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) a Fundação, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria;
- (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - . mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
 - . condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

Se, num período subsequente, o valor da perda por impairment diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o impairment ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.4. Imobilizado

O imobilizado é apresentado pelo custo de aquisição ou construção, líquido da depreciação acumulada. Os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificáveis são capitalizados como parte do ativo imobilizado.

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

- Equipamentos de informática - 3 - 5 anos
- Móveis e utensílios - 8 - 10 anos
- Outros - 7 - 10 anos

Os ganhos e as perdas resultantes de alienações são determinados pela comparação dos valores de venda com o valor contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.5. Outros ativos circulantes

Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos.

2.6. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.7. Outros passivos

Os demais passivos são apresentados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

2.8. Impostos, taxas e obrigações

A Fundação por ser uma instituição sem fins lucrativos possui imunidade fiscal. Dessa forma não incidem sobre as suas operações quaisquer impostos, dentre os quais ISS, PIS, COFINS, Imposto de Renda e Contribuição Social. O valor a recolher refere-se, basicamente, às retenções sobre a folha de pagamento, além do FGTS e INSS patronal.

2.9. Patrimônio líquido

É representado pelas doações iniciais, acrescidas do superávit ou déficit acumulado durante os exercícios, e dos efeitos reflexos aos elementos reconhecidos pela investida ODBINV em seu patrimônio líquido.

2.10. Apuração do superávit (déficit)

As receitas da Fundação compreendem, basicamente, as doações oriundas de sua Mantenedora, a Odebrecht S.A. e de empresas por ela controladas ou coligadas, e, atendem às disposições estabelecidas pelo CPC 47, pronunciamento que regulamenta o reconhecimento de receita. O superávit ou déficit é apurado pelo regime de competência.

As receitas de doações recebidas para aplicação em programas são reconhecidas em montante equivalente às despesas incorridas em cada exercício na execução desses programas.

3. Gestão de risco financeiro

A Fundação participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações e suprir as necessidades eventuais de caixa.

A Fundação não operou com instrumentos financeiros derivativos especulativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017.

(a) Risco de liquidez

É o risco de a Fundação não dispor de recursos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

FUNDAÇÃO ODEBRECHT

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas constantemente pela área financeira da Fundação.

4. Instrumentos financeiros por categoria

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Custo amortizado		
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	1.449	2.157
Adiantamentos a terceiros	31	57
Empréstimos concedidos	332	332
	<u>1.812</u>	<u>2.546</u>
Custo amortizado		
Passivos		
Fornecedores	2	116
Outros passivos	350	517
	<u>352</u>	<u>633</u>

5. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Recursos em banco e em caixa	2	2
Depósitos bancários de curto	1.447	2.155
Total	<u>1.449</u>	<u>2.157</u>

Os depósitos bancários de curto prazo referem-se a aplicações financeiras em CDB e Fundos, pós-fixados, cuja remuneração média varia entre 82,63% e 92,75% do CDI, respectivamente, com liquidez imediata.

6. Empréstimos concedidos

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
COOPAMIDO	2.236	2.236
COOPATAN	332	332
COOPECON	5.279	5.279
COOPALM	1.795	1.795
COOPRAP	993	993
CFA	100	100
	<u>10.735</u>	<u>10.735</u>
Perdas estimadas com créditos de realização duvidosa	(10.403)	(10.403)
Total	<u>332</u>	<u>332</u>

FUNDAÇÃO ODEBRECHT

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

7. Salários, encargos e contribuições sociais

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Provisão de férias	365	356
INSS sobre férias	93	91
FGTS sobre férias	29	28
Outros	35	36
Total	<u>522</u>	<u>511</u>

8. Provisão para contingências

A provisão para contingências foi constituída para fazer face a desembolsos decorrentes de processos trabalhistas, cujas decisões foram desfavoráveis à Fundação Odebrecht, ainda que não tenham transitado em julgado, mas que há remota possibilidade de êxito.

Outras ações, sem decisão definitiva, não estão provisionadas, haja vista que a Fundação Odebrecht suscita sua ilegitimidade processual, pois são reclamações de ex-empregados das instituições apoiadas no âmbito do PDCIS e a maioria das decisões têm sido no sentido de excluir a Fundação Odebrecht do polo passivo das ações.

A movimentação ocorrida no exercício é a seguinte:

	<u>Contingências trabalhistas</u>
Saldo em 01 de janeiro de 2017	-
(+) Provisão	1.052
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>1.052</u>
(-) Pagamento	(700)
(-) Reversão	(352)
(+) Provisão	600
Ajuste líquido	<u>(248)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>600</u>

FUNDAÇÃO ODEBRECHT

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

9. Outros passivos

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Adiantamento de terceiros (a)	-	517
Convênio BNDES (b)	350	-
Total	<u>350</u>	<u>517</u>

(a) Refere-se a recursos recebidos dos projetos referentes à devolução dos recursos não utilizados. Este montante foi devolvido ao BNDES.

(b) Refere-se à glosa na prestação de contas dos valores recebidos por uma das instituições apoiadas pela Fundação Odebrecht no âmbito do PDCIS, cuja notificação se deu em agosto de 2018 por meio de ofício enviado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, nos termos do Acordo de Cooperação Técnica e Financeira e normas regulamentadoras do BNDES, que regem a relação com a Fundação Odebrecht. O contrato teve vigência de novembro de 2009 a outubro de 2015, não tendo sido renovado e, atualmente, encontra-se próximo de conclusão da prestação de contas dos recursos investidos nas instituições apoiadas pela Fundação Odebrecht.

10. Receita Líquida

A composição da receita líquida está demonstrada a seguir:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Doações recebidas (a)	9.029	6.577
Direitos autorais	15	18
Total	<u>9.044</u>	<u>6.595</u>

(a) Refere-se a doações advindas de empresas do Grupo Odebrecht.

11. Doações à projetos sociais

Segue abaixo composição das doações efetuadas de acordo com cada projeto social:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
AGIR	-	(90)
IDC	-	(1.000)
OCT	-	(10)
Outros	(11)	(189)
Total	<u>(11)</u>	<u>(1.289)</u>

FUNDAÇÃO ODEBRECHT

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

12. Despesas gerais e administrativas

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Salários e ordenados	(6.704)	(14.036)
Serviço de terceiros	(486)	(690)
Consultoria, assessoria e auditoria	(843)	(946)
Viagens e estadias	(211)	(180)
Depreciação e amortização	(31)	(30)
Outros	(297)	(263)
Total	<u>(8.572)</u>	<u>(16.145)</u>

13. Outras provisões

Segue abaixo composição do total de perdas estimadas, reconhecidas no resultado do exercício:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
CFA		(100)
COOPALM		(1.795)
Convênios BNDES	(350)	-
Total	<u>(350)</u>	<u>(1.895)</u>

14. Resultado de participações societárias

A Fundação possui participação de 1,566% na ODBINV S.A., empresa controladora integral da Odebrecht S.A. (ODB). Este investimento na ODBINV S.A. estava registrado e avaliado pelo método da equivalência patrimonial até o limite do saldo do investimento.

Em 31 de dezembro de 2016, considerando as fortes expectativas de registro na ODB das penalidades impostas nos acordos efetuados com o Poder Público, o que resultaria na apuração de um patrimônio líquido negativo ("Passivo a descoberto"), foi efetuada a baixa do saldo dos investimentos (provisão para perda com participação societária).

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, após registro das penalidades, a ODBINV continuava com o patrimônio líquido negativo ("Passivo a descoberto").